

MODELO

EXMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

----- ,

NOME

----- ,

ENDEREÇO e CEP

IDENTIDADE N°: _____ , CPF/CNPJ N°: _____,

vem, com fundamento no artigo 285, caput, do Código Brasileiro de Trânsito, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o auto de infração n° _____ , código DETRAN n° _____, com as razões a seguir expostas.

O recorrente foi atuado por equipamento eletrônico (“pardal”), em virtude de suposto avanço de sinal fechado. Ocorre que o semáforo não possui temporizador digital, de modo a alertar o condutor e permitir a redução paulatina da velocidade.

De acordo com o artigo 1º da Lei Estadual 5818/10, “ficam as empresas responsáveis pela instalação de equipamentos destinados a multar eletronicamente por avanço de sinal, proibidas em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, de instalarem os mesmos em sinais de trânsito que não possuam temporizadores digitais”.

Nesse sentido, a penalidade imposta é nula, por violar o inafastável comando da Lei Estadual 5818/10.

Na verdade, quem deve ser multada é a empresa responsável pela instalação do “pardal”. Isso porque o artigo 3º da lei Estadual 5818/10 determina que, “em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, a empresa ficará sujeita a pena de multa que varia entre 1000 (mil) e 10000 (dez mil) UFIRs e a cada reincidência será cobrado o dobro do valor aplicado”.

Ante o exposto, em repúdio a “indústria das multas”, o recorrente pede:

1) a concessão de efeito suspensivo, caso o presente recurso não seja julgado em 30 dias (artigo 285, §3º, do Código Brasileiro de Trânsito).

2) a anulação do auto de infração, diante de sua manifesta ilegalidade.

3) a imposição de multa a empresa responsável pelo equipamento que gerou a penalidade ora impugnada.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 201 ____.

Assinatura do recorrente ou procurador

Documentação necessária para Defesa Prévia ou para Cancelamento de Multa :

- Cópia da notificação de autuação ou auto de infração ou documento que conste a placa e o número do auto de infração;
- Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV;
- Cópia da CNH ou outro documento de identificação que comprove a assinatura do requerente; quando pessoa jurídica documento comprovando a representação;
- Procuração, quando for o caso.